

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO
E DO MOBILIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS**

2005/ 2006

SINDUSCON SITICOM

CAPÍTULO I – VIGÊNCIA E ABRANGÊNCIA

VIGÊNCIA

Cláusula primeira: O prazo de vigência desta Convenção é de 12 (doze) meses, a começar em 01 de maio de 2005 e término em 30 de abril de 2006.

ABRANGÊNCIA

Cláusula segunda: Este instrumento abrange todos os empregados na construção civil nos municípios constituintes da base territorial dos Sindicatos Convenientes, ressalvados os direitos e prerrogativas das categorias diferenciadas e profissionais liberais.

CAPÍTULO II – REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

REAJUSTE SALARIAL

Cláusula terceira: Será concedido reajuste salarial de 7,0% (sete por cento) para a categoria a título de reposição do INPC integral do período, o que exceder será ganho real, sobre os salários do mês de maio 2004.

Parágrafo único: Fica assegurado a livre negociação entre empresa(s) e empregado(s), independentemente do previsto nesta cláusula.

PISOS SALARIAIS - SALÁRIO NORMATIVO

Cláusula quarta: Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais da categoria nas funções abaixo indicadas, para efeitos de admissão, a partir de 01 de maio de 2005:

SINDUSCON SITICOM

FUNÇÃO	PISO MENSAL – EM R\$
PROFISSIONAL	605,00
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	605,00
MEIO OFICIAL	438,00
GUINCHEIRO	605,00
SERVENTE	395,00
SECRETÁRIA ESCRITURÁRIO ENCARREGADO DE ALMOXARIFADO	505,00
DIGITADOR DATILÓGRAFO RECEPCIONISTA TELEFONISTA AUXILIAR DE ESCRITÓRIO AUXILIAR DE ALMOXARIFADO APONTADOR	438,00
OFFICE-BOY COPEIRA FAXINEIRA	346,00
VIGIA DE OBRA	395,00 + o adicional noturno

Parágrafo primeiro: O piso do digitador corresponde à jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias.

PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Cláusula quinta: O pagamento dos salários deverá ser efetuado contra-recibo, assinado pelo empregado ou mediante sua impressão digital, na hipótese de analfabeto, em dia útil e no local de trabalho, dentro do horário de expediente, ou logo após o seu encerramento e em moeda corrente nacional, salvo quando efetuado em cheque ou através de depósito em conta corrente quando sua liberação deverá ocorrer até às 14:00 horas do dia seguinte.

Parágrafo primeiro: No recibo de pagamento deverá conter a identificação do empregador, do empregado e de forma discriminada os valores pagos e os descontos efetuados.

Parágrafo segundo: O pagamento do salário dos empregados de que trata esta cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a que se refere, assim como o 13º salário no prazo legal (até 20 de dezembro), sob pena de multa

SINDUSCON SITICOM

equivalente a 0,5% ao dia, limitado a 10% (dez por cento) sobre o total devido, a qual reverterá em benefício do próprio empregado.

SALÁRIO TRANSFERÊNCIA

Cláusula sexta: O empregado transferido para fora da base territorial dos Sindicatos Convenientes receberá refeição e pernoite, e seus vencimentos serão acrescidos de 25% (vinte e cinco por cento), enquanto não configurada a transferência definitiva.

SALÁRIO SUBSTITUTO

Cláusula sétima: Ao empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido o salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais.

CAPÍTULO III – JORNADA DE TRABALHO

HORAS EXTRAS E COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Cláusula oitava: Considera-se hora extraordinária a laborada após a 44ª hora semanal, sendo a 1ª e a 2ª hora remunerada em 60% (sessenta por cento) da hora normal e, a partir da 3ª hora inclusive, em 80% (oitenta por cento) para o trabalho realizado em dias úteis; enquanto que aos sábados, domingos e feriados, a hora extraordinária será remunerada com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

Parágrafo primeiro: As horas extras previstas nesta cláusula poderão ser compensadas com a redução da jornada no dia seguinte ou folga em outro dia da semana, a escolha do empregado, sendo que o regime de compensação dos vigias poderá ser através do revezamento em escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

Parágrafo segundo: As empresas poderão estabelecer, mediante acordo com seus empregados, desde que assistidos por seu Sindicato, programa de compensação de dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, de sorte que os empregados possam ter período de descanso mais prolongado.

COMPENSAÇÃO DE FERIADOS

Cláusula nona: Os empregados gozarão do feriado correspondente ao local da prestação do serviço, não importando que a sede do empregador esteja estabelecida

SINDUSCON SITICOM

em outro município, conseqüentemente ocorrendo o feriado no município do estabelecimento do empregador, não farão jus ao feriado os empregados que não trabalham efetivamente naquele município.

ADICIONAL NOTURNO

Cláusula décima: O empregado que realizar trabalho noturno receberá o equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) sobre a hora diurna.

Parágrafo único: Caso o horário do vigia ultrapasse o período noturno as horas excedentes deverão ser pagas com o adicional legal das horas extras, acrescido de adicional noturno.

CAPÍTULO IV – FALTAS E ATESTADOS

ABONO DE FALTA DE ESTUDANTE

Cláusula décima primeira: As empresas abonarão as faltas de empregado estudante sujeito a exame ou a vestibular em horário coincidente com o de trabalho, desde que realizados em estabelecimentos oficiais ou autorizados, mediante prévia comunicação ao empregador com pelo menos 72 (setenta e duas) horas.

ATESTADOS MÉDICOS

Cláusula décima segunda: As empresas reconhecerão como válidos os atestados médicos e odontológicos subscritos por profissionais dos Sindicatos Convenientes, do SECONCI ou de estabelecimentos credenciados pelo SUS – Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único: A critério das empresas, os atestados de saúde poderão ser submetidos à avaliação do médico da empresa ou de seus conveniados.

CAPÍTULO V – ADMISSÃO E RESCISÃO

RECEBIMENTO E RESTITUIÇÃO DA CTPS

Cláusula décima terceira: A carteira de trabalho deverá ser apresentada contra recibo pelo trabalhador ao empregador que o admitir e no momento de sua restituição ao empregado.

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

SINDUSCON SITICOM

Cláusula décima quarta: O contrato de experiência será de 30 (trinta) dias, podendo ser renovado, uma única vez, desde que não ultrapasse o período total de 60 (sessenta) dias. Não terá validade o contrato de experiência cuja renovação constar no mesmo documento.

Parágrafo único: Firmado o contrato nas condições desta cláusula, as empresas entregarão cópia aos empregados devidamente assinada pelas partes, sob pena do pagamento de Aviso Prévio, 13º Salário e de Férias proporcionais mais 1/3 (um terço), na hipótese de rescisão nos prazos desta cláusula.

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Cláusula décima quinta: Os empregadores ficam autorizados a contratar mão-de-obra temporária, nos casos em que a natureza ou transitoriedade do serviço justifique a predeterminação do prazo, bem como na hipótese de atividades empresariais de caráter transitório e contrato de experiência, consoante estabelecido na legislação trabalhista em vigor ou nos termos da Lei nº 9.601 de 21 de janeiro de 1998.

VALE TRANSPORTE

Cláusula décima sexta: O empregador antecipará ao trabalhador o Vale-Transporte para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa,

Parágrafo primeiro: A concessão do Vale-Transporte autorizará o empregador a descontar, mensalmente do empregado que exercer o respectivo direito, a parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento.

Parágrafo segundo: Está exonerado da obrigatoriedade do Vale-Transporte o empregador que proporcionar transporte adequado de seus trabalhadores, podendo ser descontado o equivalente a 6% do salário base ou vencimento, mediante controle; ou quando o empregado pedir dispensa ou a suspensão do benefício, por escrito, em razão de se deslocar por conta própria.

AVISO PRÉVIO ESPECIAL

Cláusula décima sétima: Os empregados que tenham mais de 05 (cinco) anos de serviço ininterruptos na mesma empresa, e que venham a ser demitidos sem justa causa, terão direito a um aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias.

VERBAS RESCISÓRIAS

Cláusula décima oitava: As verbas rescisórias deverão ser pagas da seguinte forma:

- a) até o 1º. (primeiro) dia útil imediato ao término do contrato, quando se tratar de aviso prévio trabalhado; ou

SINDUSCON SITICOM

b) até o 10º. (décimo) dia, contado da data da notificação da demissão, nas hipóteses de ausência do aviso prévio, indenização do aviso prévio ou dispensa do cumprimento do aviso prévio.

Parágrafo primeiro: Na hipótese do item “b”, se o dia do vencimento recair em sábado, domingo ou feriado, o termo final será antecipado para o dia útil imediatamente anterior, conforme IN 04 de 29/11/02.

Parágrafo segundo: Se o empregado demitido utilizava o alojamento da empresa e for dispensado do cumprimento do aviso prévio, terá direito à permanência no alojamento até a data do término do prazo do aviso, ou até a data do pagamento das verbas rescisórias, se este fato ocorrer primeiro.

RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

Cláusula décima nona: No caso de ocorrer rescisão do contrato de trabalho por justa causa a empresa comunicará, por escrito, ao empregado as infrações motivadoras da rescisão, independentemente da sua assinatura de ciência da demissão motivada.

CAPÍTULO VI – ESTABILIDADE

GARANTIA DE EMPREGO DE GESTANTE

Cláusula vigésima: Fica assegurada a garantia de emprego à empregada gestante a partir da gravidez até 30 (trinta) dias após o prazo de estabilidade assegurado pela Constituição, excetuando-se as seguintes hipóteses:

- a) falta grave;
- b) término do contrato de experiência;
- c) término do contrato por prazo determinado;
- d) pedido de demissão;

CAPÍTULO VII – BENEFÍCIOS SOCIAIS, DIREITOS E DEVERES

QUINQUÊNIO

Cláusula vigésima primeira: O empregado que contar 05 (cinco) anos de serviços ininterruptos, prestados na mesma empresa, terá o direito de receber um prêmio de valor igual à ½ (um meio) da remuneração do mês em que completar cada quinquênio, não podendo ser inferior a 01 (um) salário mínimo.

SINDUSCON SITICOM

Parágrafo primeiro: O pagamento deste prêmio será feito uma única vez a cada 05 (cinco) anos de serviços prestados, considerando-se, portanto, quitada a obrigação relativa a eventuais quinquênios já pagos em virtude do disposto nas convenções coletivas anteriores firmadas entre os Sindicatos Convenientes.

Parágrafo segundo: Fica estabelecido que o quinquênio não é acumulativo, ou seja, a cada período de 05 (cinco) anos somente será pago o valor de um prêmio. Eventual afastamento do empregado por motivo de acidente de trabalho não interromperá o período aquisitivo do direito ao benefício previsto nesta cláusula.

FORNECIMENTO DE LANCHE/ REFEIÇÃO

Cláusula vigésima segunda: Havendo necessidade do empregado trabalhar em horário extraordinário, quer habitual, quer esporádico, fica a empresa obrigada a fornecer-lhe um lanche, na hipótese de os serviços extraordinários atingirem até 02 (duas) horas diárias. Caso ultrapassarem a duas horas diárias, deverá fornecer-lhe uma refeição, ficando excluída, nesta última hipótese, a obrigação de lhe servir lanche referido anteriormente.

FÉRIAS

Cláusula vigésima terceira: As férias coletivas ou individuais terão início sempre no primeiro dia útil da semana.

Parágrafo único: As empresas ficam obrigadas a fazer programação de férias, comunicando aos empregados, por escrito, a época em que as mesmas serão concedidas. E no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do dia de início do gozo das férias, deverá ser feito o pagamento do adiantamento das férias, acrescido o seu valor do 1/3 (um terço) constitucional, e, se for o caso ainda, acrescido da quantia relativa ao período convertido em pecúnia, na forma da lei.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Cláusula vigésima quarta: O empregado poderá ausentar-se da empresa sem prejuízo de seus vencimentos, nas seguintes hipóteses e pelos seguintes prazos:

- a) casamento: 03 (três) dias consecutivos;
- b) falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe, irmão(ã) sogro(a): 02 (dois) dias consecutivos;
- c) internamento de cônjuge, filho, pai, mãe, sogro(a), desde que comprovada a

SINDUSCON SITICOM

condição de dependência, exceto para o cônjuge: 02 (dois) dias corridos;

- d) nascimento de filho: licença paternidade de 05 (cinco) dias corridos, conforme a legislação em vigor.

SEGURO DE VIDA/ ACIDENTES

Cláusula vigésima quinta: As empresas se obrigam a custear em benefício de todos os seus empregados, seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas, facultado a ambos os sindicatos o direito de fiscalizar o cumprimento desta obrigação.

I - R\$ 7.413,00 (sete mil quatrocentos e treze reais) em caso de morte do empregado (a) por qualquer causa, independentemente de carência, idade e local da ocorrência.

II - R\$ 7.413,00 (sete mil quatrocentos e treze reais) em caso de invalidez permanente do empregado (a), causado por acidente ou doença (profissional ou não), independente de idade e local da ocorrência. Caso a invalidez seja parcial a indenização será proporcional ao grau de invalidez.

III - R\$ 3.707,00 (três mil setecentos e sete reais) em caso de morte do cônjuge do empregado (a), por qualquer causa, independentemente de carência, idade ou local da ocorrência.

IV - R\$ 1.853,00 (um mil oitocentos e cinquenta e três reais) em caso de morte por qualquer causa de filho de 04 a 14 anos, com limite de quatro descendentes.

V - R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), a título de Auxílio Funeral que será devido em caso de falecimento do empregado(a).

Parágrafo primeiro: Para o reajuste dos valores descritos no caput desta cláusula, será utilizado o mesmo índice acordado para o reajuste salarial desta CCT.

Parágrafo segundo: As empresas que não pagarem o seguro de vida e acidentes pessoais dos seus empregados responsabilizar-se-ão pelo ressarcimento dos valores elencados no “caput” desta cláusula.

Parágrafo terceiro: Fica estabelecido que as empresas devem informar aos Sindicatos Convenientes qual a seguradora contratada para fins do “caput” desta cláusula.

Parágrafo quarto: Aplica-se o disposto nesta cláusula a todas às empresas empregadoras, empreiteiras e subempreiteiras, ficando a empresa contratante e dona da obra, subsidiariamente responsável pelo cumprimento da obrigação.

SINDUSCON SITICOM

OCUPACIONAIS

Clausula vigésima sexta: As empresas se obrigam ao cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, exigindo também seu cumprimento por parte de seus contratantes e sub-contratantes.

Parágrafo primeiro: Os exames médicos que originam os Atestados de Saúde Ocupacional (admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais), somente terão validade com a elaboração e implantação do PCMSO- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional. A NR-7 define como "... obrigatórios para todas as empresas que admitam trabalhadores como empregados", competindo ao empregador "... custear, sem ônus para o empregado, todos os procedimentos relacionados ao PCMSO".

Parágrafo segundo: Toda a empresa proprietária da obra, contratante ou sub-contratante deve possuir o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, independentemente do número de empregados.

Parágrafo terceiro: As empresas cujo canteiro de obras ou frente de trabalho possua mais de 20 (vinte) trabalhadores, próprios ou terceirizados, são obrigadas a implantar o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

Parágrafo quarto: Todos os empregados devem receber treinamento admissional e periódico, coordenado por um profissional da área de Segurança do Trabalho, visando garantir a execução de suas atividades com prevenção. O treinamento admissional deve ser ministrado antes do trabalhador iniciar as atividades e terá validade por 6 (seis) meses. O treinamento periódico deve ser ministrado no início de cada fase da obra e sempre que se tornar necessário.

Parágrafo quinto: O cumprimento das determinações da Legislação da Previdência Social, referente a Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, é obrigatório para todas as empresas.

CAPÍTULO IX – ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES

Clausula vigésima sétima: As empresas se obrigam a recolher mensalmente em favor do SECONCI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo a

SINDUSCON SITICOM

prestação de serviços nas áreas de medicina e segurança ocupacionais em cumprimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, o valor correspondente a 1% (um por cento) do total bruto da folha de pagamento mensal, inclusive 13º salário e verbas salariais rescisórias (salário e 13º salário), não podendo o recolhimento mensal ser inferior a 15% (quinze por cento) do piso salarial do servente.

Parágrafo primeiro. As empresas exigirão, contratualmente, de seus empreiteiros e subempreiteiros o cumprimento das Normas Regulamentadoras e a comprovação dos recolhimentos das contribuições previstas nesta cláusula, ficando co-responsáveis pelos débitos junto à entidade beneficiária. Alternativamente as empresas poderão optar por reter 0,5% (meio por cento) do valor bruto da Nota Fiscal de Serviço, e recolher a respectiva importância ao SECONCI-FPOLIS em guias fornecidas pelo beneficiário, individualizadas por empreiteiras e subempreiteiras, no mesmo prazo e condições acima estabelecidos.

Parágrafo segundo: A importância deve ser recolhida junto à rede bancária ou sede do SECONCI/FPOLIS até o dia 07 do mês seguinte àquele a que se referirem às folhas de pagamento ou rescisões, em guias próprias fornecidas pelo beneficiário, devendo constar em separado as quantias que se referem à folha mensal de salário, as rescisões e ao 13º salário.

Parágrafo terceiro: O SECONCI/FPOLIS estabelecerá em seus estatutos e regulamentos, as normas e condições gerais para o atendimento aos beneficiários, sendo exigida das empresas uma carência de 03 (três) recolhimentos mensais sucessivos e ininterruptos.

Parágrafo quarto: As empresas que possuam os serviços de medicina ocupacional e engenharia de segurança, próprios ou terceirizados, estarão dispensadas do pagamento da contribuição de que trata o “caput” deste artigo, desde que comprovem sua existência junto ao SECONCI.

Parágrafo quinto: A fim de manter atualizado os cadastros da Entidade, as empresas se obrigam a fornecer, sempre que solicitado, a relação completa e atualizada de todos os seus empregados, próprios e terceirizados, da administração e das obras localizadas dentro da base territorial dos Sindicatos Convenientes.

Parágrafo sexto: As empresas que não contribuírem para o SECONCI- FPOLIS na forma prevista nesta cláusula deverão recolher ao SITICOM – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Florianópolis, a título de taxa assistencial, as quantias correspondentes a 3% (três por cento) do valor bruto das folhas de salários de seus empregados referente aos meses de julho e novembro de

SINDUSCON SITICOM

2005. O recolhimento destas quantias deverá ocorrer até os dias 15 de agosto e 15 de dezembro do mesmo ano, respectivamente.

APOSENTADORIA

Cláusula vigésima oitava: Não poderá ser dispensado o empregado que possuir 04 (quatro) ou mais anos de serviço na mesma empresa se, na data da dispensa, estiver a 02 (dois) anos de completar tempo de aposentadoria, quer especial, quer por tempo de serviço, ressalvados os casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão do empregado, acordo entre as partes homologado pelo Sindicato Profissional, encerramento das atividades da empresa ou transferência da empresa para outro Estado da Federação.

FÉRIAS PROPORCIONAIS

Cláusula vigésima nona: Fica assegurado ao empregado com menos de um ano de serviço, iniciando a contagem do prazo após o término do contrato de experiência, o direito a férias proporcionais, no caso de pedido de demissão. Durante o período da experiência não haverá este direito.

CAPÍTULO X – ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES SINDICAIS

COMISSÃO TEMÁTICA

Cláusula trigésima: Fica criada uma Comissão Temática composta de 03 (três) representantes de cada Sindicato, com competência para avaliar esta Convenção, levando em conta o contexto conjuntural e os dispositivos legais vigentes e propor alterações consensuais, dando soluções às divergências surgidas, bem como para apreciar as comunicações de iminência de greve, promovendo gestões entre as partes para evitar e solucionar os conflitos, entre as categorias, que não estejam no âmbito da competência da Comissão de Conciliação Prévia.

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - CCP

Cláusula trigésima primeira: Fica instituído no âmbito dos Sindicatos Convenientes

SINDUSCON SITICOM

Comissão de Conciliação Prévia, de composição paritária, objetivando a conciliação dos conflitos individuais do trabalho, sem qualquer ônus para o empregado, nos termos do Título VI -, arts. 625 - A e seguintes da CLT, acrescentados pela Lei nº. 9.958 de 13.01.2000.

ABRANGÊNCIA

Cláusula trigésima segunda: Toda demanda individual que envolva empresa e empregado abrangidos pela presente categoria deverá, antes de ingressar na Justiça Laboral, ser submetida à apreciação da Comissão de Conciliação Prévia em funcionamento no município de Florianópolis e São José/SC.

SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Cláusula trigésima terceira: Qualquer divergência relativa à Comissão de Conciliação Prévia, surgida na interpretação ou aplicação do presente instrumento, será dirimida mediante negociação direta entre os Sindicatos Convenientes, restando infrutíferas às negociações, a questão deverá ser submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

Cláusula trigésima quarta: Para o aperfeiçoamento da presente Convenção, no que se refere à Comissão de Conciliação Prévia, as partes Convenientes poderão, através da maioria de seus membros, alterar a presente Convenção a fim de melhor adequá-la, bem como para proporcionar a adesão de outros Sindicatos interessados em participar da Comissão.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Cláusula trigésima quinta: A Comissão de Conciliação Prévia será composta de representantes da categoria laboral e da categoria patronal, podendo a mesma ser ampliada com a adesão de outros sindicatos, observando sempre a paridade sindical.

Parágrafo primeiro: A posse dos membros da comissão ocorrerá simultaneamente com o início da vigência desta Convenção, exercendo as suas funções pelo prazo de 01 (um) ano, podendo, no entanto, ser substituídos a qualquer tempo, a critério dos Sindicatos Convenientes.

Parágrafo segundo: Sendo necessária a substituição de qualquer membro, titular ou suplente, o substituto deverá ser indicado, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo terceiro: As indicações ou substituições serão sempre realizadas por meio de troca de correspondências, com aviso de recebimento, entre os Sindicatos

SINDUSCON SITICOM

Convenientes.

Cláusula trigésima sexta: Não haverá qualquer hierarquia, nem subordinação entre os membros da Comissão.

ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA CCP

Cláusula trigésima sétima: A Comissão atuará na base territorial dos Sindicatos Convenientes, em todos os casos em que o empregado manifestar interesse em apresentar demanda de natureza trabalhista.

Parágrafo primeiro: A comissão poderá alterar a frequência das reuniões ou fixar o local das sessões, caso surja excesso de demanda ou motivo que justifique a alteração.

Parágrafo segundo: A CCP poderá a qualquer tempo abrir extensões em municípios vizinhos, desde que respeitada a base territorial dos Sindicatos Convenientes.

REMUNERAÇÃO DOS CONCILIADORES

Cláusula trigésima oitava: Os conciliadores perceberão o valor de R\$ 11,50, (onze reais e cinquenta centavos) a título de gratificação pelo serviço prestado à comissão, por sessão de conciliação em que atuarem, independente se a tentativa de conciliação entre as partes resultar em acordo ou frustrada.

Parágrafo primeiro: O trabalho dos conciliadores não gerará vínculo com a comissão, ficando por conta de cada Sindicato Conveniente a responsabilidade por seu representante na comissão.

Parágrafo segundo: A importância prevista nesta cláusula, será reajustada anualmente mediante análise e aprovação unânime do Conselho da CCP, conforme previsto no Regimento Interno da Comissão.

ESTRUTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA

Cláusula trigésima nona: A Comissão terá um Conselho Consultivo e um Gestor com competência administrativa e operacional.

Cláusula quadragésima: O Conselho Consultivo será formado por um membro titular de cada categoria representada com respectivos suplentes.

Parágrafo único: Compete ao Conselho Consultivo:

a) fiscalizar e dirimir questões relacionadas à interpretação e à aplicação da lei, sugerindo e elaborando diretrizes e normas de procedimento técnico;

SINDUSCON SITICOM

- b) oficiar nos feitos em que for consultado;
- c) aprovar os orçamentos e a destinação de recursos;
- d) exame e aprovação de contas;
- e) exame e aprovação de alterações do Regimento Interno e outras normas;
- f) tomada de decisões políticas.

Cláusula quadragésima primeira: Fica convencionado que o cargo de Gestor será exercido pelo representante designado pelo SINDUSCON até a autonomia financeira da CCP. Alcançada esta condição haverá um rodízio entre os Sindicatos Convenientes no exercício desta função.

Cláusula quadragésima segunda: O Gestor exercerá sua função pelo período de um ano, podendo ser reconduzido ao cargo por decisão da maioria do Conselho Consultivo.

Parágrafo único: Ao Gestor caberá:

- a) administrar à Comissão, conduzindo as reuniões relativas desta e convocando seus integrantes para reuniões extraordinárias, sempre que necessário;
- b) apresentar ao Conselho Consultivo os demonstrativos financeiros;
- c) tomar decisões referente à solução de problemas administrativos;
- d) determinar atribuições e supervisionar os trabalhos dos funcionários postos à disposição da Comissão;
- e) propor orçamentos e destinação de recursos.
- f) lavrar atas das reuniões administrativas da Comissão;
- g) manter registro de quaisquer alterações que ocorram com relação à composição desta;
- h) zelar pela integridade e guarda da documentação administrativa da mesma;
- i) registrar e justificar, quando for o caso, as receitas e despesas;
- j) elaborar demonstrativos mensais das receitas e despesas para o Conselho Consultivo e para os Sindicatos Convenientes.

DA APRESENTAÇÃO DA DEMANDA

Cláusula quadragésima terceira: As demandas serão formuladas diretamente pelos interessados, por escrito ou reduzidas a termo por qualquer dos membros da Comissão, em 3 (três) vias, sendo entregue cópia datada e assinada pelo autor da demanda e pelo membro da Comissão, consoante o dispõe o § 1º. do artigo 625-D da CLT, acrescidos pela Lei nº 9.958 de 12 de janeiro de 2000.

SINDUSCON SITICOM

Cláusula quadragésima quarta: Recebida à demanda mediante protocolo, a Comissão, desde logo, designará dia e hora para a realização da sessão de tentativa de conciliação, do qual dará ciência incontinenti ao demandante e, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio inequívoco do teor da demanda, a parte contrária.

COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Cláusula quadragésima quinta: Poderão ser submetidas à Comissão demandas:

- I. durante a vigência do contrato de trabalho;
- II. após a dissolução do vínculo empregatício, observado o prazo prescricional;
- III. com a finalidade de extinguir o contrato de trabalho por meio de transação.

Parágrafo único: a Comissão se absterá a promover acordo entre as partes nas seguintes situações:

- I. Quando houver perdas e danos decorrentes de saúde;
- II. Quando houver direito de estabilidade de emprego de gestante ou acidentado;
- III. Quando o demandante for menor ou incapaz.

PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Cláusula quadragésima sexta: A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias, a partir da apresentação da demanda, para a realização da sessão de tentativa de conciliação, sob pena de ser considerada frustrada a conciliação, sendo fornecida no último dia do prazo, a declaração a que se refere o § 2º do artigo 625-D da CLT.

Cláusula quadragésima sétima: Esgotado o prazo de 10 (dez) dias de que trata o artigo anterior, o não comparecimento de qualquer das partes à sessão de tentativa de conciliação será considerado como conciliação frustrada.

SESSÕES DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Cláusula quadragésima oitava: As sessões de tentativa de conciliação serão iniciadas com a presença de no mínimo dois conciliadores, observada a paridade, e das partes interessadas.

Cláusula quadragésima nona: A presença do demandante será indispensável para o acordo de conciliação. Não se admitindo substituição por procurador, preposto ou

SINDUSCON SITICOM

terceiro. Poderá, no entanto, fazer-se acompanhar de advogado inscrito na OAB.

Parágrafo único: A ausência do demandante na sessão de conciliação implicará no arquivamento da demanda, devendo, no entanto, apresentar nova demanda na comissão.

Cláusula quinquagésima: Na sessão de conciliação, os conciliadores ouvirão a manifestação do demandante e do demandado, examinando as provas apresentadas e farão a aproximação das partes para a conciliação, podendo apresentar orientações, sugestões e interferir para o bom andamento dos trabalhos, e encerrar a sessão determinando as condições da conciliação, ou quando não, concluir frustrada a conciliação.

Cláusula quinquagésima primeira: Não prosperando a conciliação, será fornecida às partes, Declaração da Tentativa Conciliatória Frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros conciliadores.

Cláusula quinquagésima segunda: Aceita a conciliação, será lavrado Termo de Conciliação em, no mínimo, três vias, assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos conciliadores, fornecendo-se cópia ao demandante e ao demandado, constando o nome das partes, a discriminação do objeto da conciliação, condições e prazos.

Parágrafo único: O termo a que se refere esta cláusula conterá ressalva a respeito da obrigação ou responsabilidade pelo recolhimento do IRPF ou das contribuições previdenciárias das partes.

Cláusula quinquagésima terceira: O Termo de Conciliação Extrajudicial constituirá título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

EXECUÇÃO JUDICIAL

Cláusula quinquagésima quarta: A execução judicial de acordo não cumprido será promovida na Justiça do Trabalho, de conformidade com o estabelecido nos artigos 876 e 877-A, da CLT.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Cláusula quinquagésima quinta: As despesas necessárias para o funcionamento da Comissão serão assumidas pelo SINDUSCON, até a autonomia financeira, conforme o estipulado no Regimento Interno da mesma.

Cláusula quinquagésima sexta: Os Sindicatos Convenientes estabelecem que o

SINDUSCON SITICOM

Empregador contribuirá, em favor da Comissão, com as quantias descritas na tabela abaixo sobre o valor conciliado a título de manutenção, funcionamento e constante aprimoramento da CCP:

Faixas	Valor do Acordo	Custas
1	R\$ 0,00 à R\$ 200,00	R\$ 28,00
2	R\$ 200,01 à R\$ 500,00	R\$ 57,00
3	R\$ 500,01 à R\$ 1.000,00	R\$ 115,00
4	R\$ 1.000,01 à R\$ 2.000,00	R\$ 170,00
5	R\$ 2.000,01 à R\$ 3.000,00	R\$ 285,00
6	R\$ 3.000,01 à R\$ 4.000,00	R\$ 400,00
7	R\$ 4.000,01 à R\$ 5.000,00	R\$ 513,00
8	R\$ 5.000,01 ou mais	R\$ 570,00

Parágrafo único: As custas da Comissão serão reajustadas na data-base da categoria da construção, no mês de maio de cada ano, utilizando como critério o índice de reajuste concedido aos pisos da categoria.

LICENÇA DE DIRIGENTES SINDICAIS

Cláusula quinquagésima sétima: As empresas concederão licença remunerada a empregados que sejam dirigentes sindicais para participarem de encontros, congressos, conferência ou simpósios, representando os interesses da categoria profissional. A licença será solicitada com antecedência e não será superior a 30 (trinta) dias por ano.

CAPÍTULO XI – CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS, TAXAS E MULTA

CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

Clausula quinquagésima oitava: De acordo com o estatuto social do sindicato profissional, e ratificado pelos trabalhadores na assembléia geral extraordinária realizada no dia 17 de março de 2005, conforme publicação no jornal DOE – DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, numero 17595 – pagina 60 do dia 10 de março de 2005, as empresas deverão descontar do salário mensal de seus funcionários o valor de **1,5% (um vírgula cinco por cento)**, a título de contribuição associativa; O referido desconto, deverá ser repassado pelas empresas ao SINDICATO PROFISSIONAL, em guias por ele fornecida até o 10º dia do mês subsequente ao desconto.

Parágrafo primeiro: As empresas ficam obrigadas a remeter ao SINDICATO

SINDUSCON SITICOM

PROFISSIONAL relação nominal dos empregados, contendo o salário recebido e o desconto efetuado em favor da entidade.

Parágrafo segundo: O empregado não associado não sofrerá o desconto de que trata esta cláusula, no caso de dirigir-se pessoalmente ao SINDICATO PROFISSIONAL, manifestando por escrito sua discordância.

Parágrafo terceiro: Todo trabalhador que descontar a CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA, terá direito de usufruir dos benefícios concedidos pelo sindicato profissional ao associados.

Parágrafo quarto: Caberá exclusivamente ao SINDICATO PROFISSIONAL, responder perante ao empregados ou qualquer órgão público ou autoridade, a toda e qualquer reclamação, intimação, notificação ou demanda judicial ou extrajudicial, que trate do assunto objeto desta cláusula e seus parágrafos, ficando o SINDICATO PATRONAL eximido de qualquer responsabilidade.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Cláusula quinquagésima nona: Os empregadores descontarão do salário da folha de pagamento do mês de março de 2006, e recolherão no mês de abril de 2006, a importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho de seus empregados abrangidos por esta convenção, qualquer que seja a forma de remuneração, a título de CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, sendo que a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL Patronal será recolhida com base em tabela específica, no mês de janeiro de 2006.

Parágrafo único: As empresas recolherão a contribuição referida nesta cláusula junto à Caixa Econômica Federal, através de guia de recolhimento fornecida pelos Sindicatos Profissional e Patronal.

AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Cláusula sexagésima: O Sindicato dos Trabalhadores poderá propor ação de cumprimento para os fins do art. 872, § único, da CLT, bem como da Lei n.º 7.238/84, e ainda, pelo não cumprimento de disposições desta Convenção, ficando reconhecido dito Sindicato como legítimo substituto processual.

REVERSÃO PATRONAL

Cláusula sexagésima primeira: Todas as empresas abrangidas por esta Convenção,

SINDUSCON SITICOM

associadas ou não, deverão recolher ao Sindicato Patronal, através de guia que será fornecida pelo Sindicato Patronal, a título de REVERSÃO PATRONAL, as seguintes quantias nas seguintes datas, de acordo com o seguinte número de empregados:

Faixa	N. ° de empregados	Valor (R\$)	Parcelamento
A	ATÉ 5	160,00	1x 160,00
B	DE 6 A 10	320,00	2x 160,00
C	DE 11 A 20	430,00	2x 160,00 e 1x 110,00
D	DE 21 A 35	530,00	3x 160,00 e 1x 50,00
E	DE 36 A 50	640,00	4 x 160,00
F	MAIS DE 50	740,00	4x 160,00 e 1x 100,00

Parágrafo primeiro: Os vencimentos das parcelas serão os seguintes: a parcela única da faixa "A" e a primeira parcela das demais faixas, vencerão no dia 30 de junho de 2005. As demais parcelas sempre no dia 30 de cada mês subsequente.

Parágrafo segundo: As empresas associadas ao SINDICATO PATRONAL que estiverem em dia com suas mensalidades na data do vencimento de cada uma das parcelas acima estarão isentas do pagamento da taxa de Reversão Patronal.

Parágrafo terceiro: Os pagamentos feitos com atraso serão acrescidos de atualização monetária pela variação do CUB, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

MULTA POR INFRAÇÃO A ESTA CONVENÇÃO

Cláusula sexagésima segunda: A multa para o caso de descumprimento de disposições desta Convenção será de 0,15% ao dia, e incidirá sobre a quantia devida, não podendo, todavia, ser acumulada com outras penalidades previstas em cláusulas específicas e nem ultrapassar ao limite de 20% (vinte por cento).

**SINDUSCON
SITICOM**

Florianópolis, 1º de maio de 2005.

**SINDICADO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA GRANDE
FLORIANÓPOLIS**

Amauri Beck
Presidente

Rodrigo Seara Cassol
Diretor de Relações Trabalhistas

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO
MOBILIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS**

Aduci João Pereira
Presidente